

Requerimento N.º de 2011

(Do Deputado Jean Wyllys)

Requer a realização de Audiência Pública no dia 15/11/2011 para discutir o racismo na sociedade brasileira, o conceito de Faxina Étnica e o impacto das políticas públicas decorrentes dos grandes eventos esportivos nas populações negras e pobres.

Sra. Presidenta:

Requeremos a realização de uma Audiência Pública no dia 15/11/2011, semana que antecede o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, de acordo com justificativa a seguir.

JUSTIFICATIVA

O Brasil é a maior nação negra fora da África. A população brasileira é composta por 50,3% de negros (entre pretos e pardos, segundo auto-declaração e conforme o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010, com base na PNAD/IBGE 2008). Entretanto, apesar de sua expressão numérica, os negros e negras brasileiros não estão plenamente inseridos em nossa sociedade. Este grande contingente populacional é aquele que mais sofre com as desigualdades sociais em nosso país.

Segundo o DIEESE, os negros ganham cerca da metade da remuneração dos brancos nas principais regiões metropolitanas do país. O desemprego atinge a população negra de forma mais acentuada e durante mais tempo do que a branca. E o aumento relativo da escolaridade média nos últimos anos, não tem alterado este quadro (que é ainda mais dramático para as mulheres negras), até porque o acesso dos negros ao ensino médio, universitário e à pós-graduação é significativamente menor do que o dos brancos. As mulheres negras são as que mais morrem nos partos e nos abortos mal sucedidos, realizados de maneira precária e às vezes de forma criminoso. Com o argumento da diminuição da população pobre foram e são esterilizadas.

Os territórios de maioria negra nas cidades (favelas, bairros pobres e periferias) são carentes de equipamentos urbanos e serviços públicos de boa qualidade. O déficit habitacional brasileiro (cerca de sete milhões de unidades) expressa, em grande parte,

as condições de moradia e vida nessas localidades. E as comunidades remanescentes de quilombos só obtiveram, desde a Constituição de 1988 até hoje, duas titulações e algumas certificações.

Esta situação revela o quanto as desigualdades sociais têm cor e estão profundamente enraizadas no racismo institucional que estrutura a sociedade brasileira e que se materializa através das políticas praticadas pelo Estado, em todos os seus níveis. Com efeito, apesar da situação acima descrita ser amplamente conhecida, as políticas públicas de emprego, educação, habitação e saúde continuam a ser formuladas e implementadas sem qualquer compromisso com a reversão deste quadro, isto é, sem minimamente tentar assegurar a este segmento da população brasileira o acesso a seus mais elementares direitos de cidadania.

É necessário, pois, reconhecer que as desigualdades sociais se somam e são exponenciadas pelas desigualdades raciais. E mais do que isto: que as desigualdades raciais estão no cerne do modo de gestão estatal dos territórios de maioria negra e desta população. Esta situação fica clara se olharmos alguns dados sobre a ação estatal nesses territórios.

Entre 2002 e 2008, enquanto os homicídios de brancos caíram 22,3%, o homicídio praticado contra os negros cresceu 20,2%. Se considerarmos os jovens entre 15 e 24 anos, os dados são ainda mais alarmantes: nestes anos, os homicídios de jovens brancos decaiu 30%, enquanto o homicídio de jovens negros aumentou em 13%. Para um exemplo contundente: no Rio de Janeiro morreram, no período, 96,9% mais negros do que brancos (Cf. Mapa da Violência 2011, Ministério da Justiça). Isto se articula à crescente criminalização desta população e de seus territórios de moradia, o que justifica execuções extra-legais praticadas por agentes do Estado. Mas, além disso, esta população, negra, tem sido também encarcerada em massa, na prática sem direito a processo e prazos legais.

Complementando este quadro, os territórios de moradia negra são aqueles que mais sofrem com as políticas de remoção e despejo, à medida que nossas cidades vêm sendo remodeladas para que poucos possam delas usufruir e as propostas de segregação sócio-espacial vêm se naturalizando. Neste novo modelo de grande cidade que vem sendo implementado no Brasil na esteira dos “grandes eventos” e que tem na cidade do Rio de Janeiro seu laboratório, as tradições religiosas afro-brasileiras não têm mais espaço. Sem reconhecimento, sem lugar considerado na formação cultural de nosso povo, os terreiros de umbanda e de candomblé têm sido atacados, destruídos, removidos.

Esta situação tem sido apreendida e denunciada por diversos movimentos sociais como uma verdadeira Faxina Étnica conduzida pelo Estado contra a população negra brasileira. É no seu interior que ainda vemos crescer, com a tolerância estatal, as práticas racistas e discriminatórias de diversos segmentos da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, defendo que a audiência pública ora proposta permitirá aos parlamentares uma avaliação pormenorizada das denúncias oriundas das comunidades negras e pobres e a consequente articulação para a reversão definitiva das situações discriminatórias.

Na expectativa de contar com Vossa atenção, reitero votos de consideração e apreço.

Jean Wyllys

Deputado Federal

PSOL/RJ